



ABOLICIONISMO E GÊNERO: MULHERES ESCRAVIZADAS E POLÍTICAS DE ABOLIÇÃO GRADUAL NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Caroline Passarini Sousa¹
Doutoranda PPGHS - FFLCH/USP
carolinepassarini.s@usp.br

Esta comunicação tem por objetivo compreender a importância da mulher negra no processo de abolição da escravidão no Mundo Atlântico. Para tanto, analisaremos a ascensão movimento abolicionista britânico no final do século XVIII e o concomitante surgimento de um discurso sentimentalizado sobre as mulheres negras escravizadas que valia-se de ideias acerca da feminilidade e dos papéis sociais sociais atrelados ao sexo feminino, para proclamar uma defesa da virtude mulher escravizada. Buscamos, a partir desses discursos, estabelecer diálogos possíveis entre os papéis sociais impostos pelo gênero² e políticas de abolição gradual implementadas no continente americano e Caribe ao longo dos séculos XVIII e XIX. Procuo dialogar com estudos que têm buscado colocar as mulheres, a reprodução e a maternidade no centro das análises sobre o sistema escravista e abolição da escravidão (MORGAN, 2004; TURNER, 2017; COWLING, 2018; PATON, 2022).

O tráfico de escravos transportou milhões de pessoas pelo atlântico, e sob variadas justificativas, tais como a de que os povos africanos descendiam da personagem bíblica Cam, as guerras ‘justas’, ou mesmo o clima etc, procurou-se justificar a escravização de africanos e africanas trazidos para as Américas; por outro lado, já nos territórios da diáspora, foi preciso legitimar e assegurar a continuidade do cativo em outros termos. Em diferentes momentos, em diversos lugares do chamado mundo atlântico, houve o resgate uma tradição legal romana, a qual estabelecia que a condição de escravidão de uma pessoa era determinada pelo status de suas mães. Por meio do *partus sequitur ventrem*, o ventre e o corpo de mulheres negras escravizadas se tornaram centrais para a

¹ Agradeço à CAPES pelo financiamento inicial da pesquisa de doutorado e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento atual, processo nº 2022/01200-2.

² Gênero aqui entendido como uma construção social, um conjunto de normas de comportamento, estereótipos e crenças relacionadas ao sexo feminino e masculino. O gênero é uma categoria analítica importante e estruturante das relações e hierarquias sociais. Ver: SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, in: Educação e Realidade, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 71-99.



legitimação e manutenção da instituição escravista nas Américas. A reprodução realizada por mulheres negras, no continente americano ou em África, foi o pilar sobre o qual o escravismo e depois o capitalismo se desenvolveram, conforme Diana Paton:

O sistema atlântico dependeu da exploração das mulheres nas sociedades africanas através do trabalho corporal demandado pela gestação, parto e amamentação – o qual requer calorias e exige esforço do corpo – e por meio do trabalho de cuidar das crianças, as quais poderiam estar vulneráveis à escravidão. **O valor desse trabalho reprodutivo foi integrado à produção de *commodities***, como o açúcar. O tráfico de pessoas através do Atlântico fez com que os proprietários escravistas não precisassem arcar com os custos principais de gerar e criar crianças. Como resultado, o açúcar e outras *commodities* foram produzidos com custos mais baixos e de forma mais lucrativa do que seriam se os proprietários fossem forçados a pagar todas as despesas de reprodução daqueles trabalhadores de cujo trabalho forçado dependiam (PATON, 2022, p.745) [tradução e grifo nossos]

A centralidade do corpo da mulher negra escravizada dentro do regime escravista pode ser discutida por uma miríade de perspectivas como, por exemplo, o modo pelo qual o *partus sequitur ventrem* reforçou e legitimou o abuso sexual sobre mulheres escravizadas (PASSARINI SOUSA, 2021, p.42-45), ao determinar que seus filhos seriam escravos independentemente da condição de seus pais. Ou seja, o abuso sofrido por mulheres escravizadas poderia aumentar o cabedal de proprietários de escravos, os quais não teriam motivações para impedir que isso ocorresse. A impunidade e a certeza de que os filhos dessas mulheres seriam também propriedades, fez com que juntos, a hereditariedade do cativo e o estupro garantissem a reprodução da escravidão e das estruturas de poder.³ Compreender a centralidade do corpo da mulher escravizada para a legitimação e perpetuação do sistema escravista, em termos da dominação patriarcal, é fundamental para que possamos examinar de que forma o movimento abolicionista se utilizou da imagem dessas mulheres em seus discursos e propaganda.

Ao longo do século XVIII a noção de que a escravidão, como instituição, era condenável e que deveria ser abolida passa a ser formada e ganhar força em ambos os lados do Atlântico. No fim do século XVIII e início do XIX, ela se expandiu rapidamente,

³ No sul dos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres negras foram excluídas da legislação relativa ao crime de estupro, enquanto no Brasil, o código penal de 1830 do Império caracteriza o estupro como um ato contra a “mulher honesta”, omitindo qualquer menção à mulheres escravas ou negras. O estupro se constitui uma dimensão importante da centralidade do corpo feminino como lócus de existência da própria escravidão. Ver: PASSARINI SOUSA, 2021.



sobretudo na Inglaterra. As razões pelas quais a Inglaterra, maior potência comercial escravista à época, teria se voltado contra a escravidão no final do século XVIII segue sendo uma questão abordada e debatida exaustivamente pela historiografia, objeto dos mais acalorados debates entre historiadores (WILLIAMS, 1944; ANSTEY, 1975; DAVIS, 2001; BLACKBURN, 2011; DRESCHER, 2012). Aqui, nossa preocupação é outra. Independentemente daquilo que pode ter sido decisivo para o desenvolvimento de um abolicionismo sólido dentro de um império escravista do tamanho do Império Britânico – se o humanitarismo, a religião, ou o próprio interesse no desenvolvimento do capitalismo –, o fato é que ao fim da década de 1780 o abolicionismo inglês já era um movimento político nacional capaz de mobilizar grupos até então marginalizados, os quais passariam ser sujeitos responsáveis por uma reforma social (DRESCHER, 2012, p.296). A partir disto, buscamos compreender como as mulheres escravizadas passaram de reprodutoras da escravidão à agentes fundamentais da emancipação dentro do discurso e propaganda abolicionista.

O chamado *'século das abolições'* assistiu a processos distintos que, com exceção dos Estados Unidos e Haiti, conduziram o fim da escravidão de maneira gradual. Podemos mencionar as leis de abolição gradual no norte dos Estados Unidos e Canadá Britânico entre 1780 e 1804, nos territórios hispânicos da América do Sul de 1811 a 1842, e em Cuba e no Brasil, em 1870 e 1871 respectivamente. Todos esses exemplos contaram com legislações centradas na libertação do ventre escravo. Por outro lado, os processos de abolição nas colônias britânicas e francesas do Caribe, que se encerraram respectivamente em 1833 e 1848, não tiveram legislação semelhante. Apesar disso, em ambos os casos os debates em torno de reformas coloniais e da abolição buscaram, em última instância, traçar qual seria o papel da mulher escravizada neste processo, discutindo, sobretudo, dimensões privadas de suas vidas — corpos, casamento, sexualidade e maternidade (ALTINK, 2002; CANELAS, 2017; TURNER, 2017).

Neste artigo, analisaremos os discursos do nascente abolicionismo britânico, bem como as discussões travadas em torno das reformas que visavam acabar com o tráfico e escravidão em suas colônias do Caribe, nos atentando ao que concerne à representação de



mulheres negras (africanas e afro-americanas) escravizadas em seus “papéis” de mulher, mãe e esposa. O objetivo é, portanto, relacionar as construções em torno dos papéis sexuais e da feminilidade, às políticas implementadas. Iniciaremos, deste modo, com o triste caso de uma garota africana transportada pelo tráfico negreiro, relatado por William Wilberforce diante do Parlamento britânico.

Em 1792, William Wilberforce, um importante nome do abolicionismo inglês da época, apresentou ao Parlamento Inglês a triste história de uma garota africana de apenas quinze anos que havia sido aprisionada recentemente pelo tráfico de escravos. A menina, de quem sequer sabemos o nome, estava sendo transportada quando se recusou a dançar nua para a tripulação do navio, a mando do Capitão Kimber. Como resposta e punição à sua desobediência, ela foi açoitada por três semanas a mando do comandante, pendurada de cabeça para baixo, nua e machucada. Segundo relatos, enquanto estava pendurada, os membros da tripulação a observavam, riam, e a penduravam de diferentes maneiras. Ao ser retirada do castigo, ela sobreviveu por apenas três dias (SWAMINATHAN, 2010).⁴

O caso ganhou espaço não só no parlamento, mas também na imprensa britânica, publicado por diversos jornais. Dois meses depois, Kimber foi levado a julgamento por assassinato e inocentado, veredito que acabou indignando a opinião pública, chamando ainda mais atenção para o caso e para a crueldade do tráfico de escravos (TURNER; SWAMINATHAN). Em seu discurso, Wilberforce fez questão de ressaltar como o tráfico e a escravidão eram particularmente cruéis com as mulheres africanas que vinham sendo “corrompidas” e impedidas de viver e exercer plenamente o papel social condizente com seu sexo, “naturalmente” puro e casto. A história, além de ganhar notoriedade pela crueldade do algoz, por um lado, e pelo sexo e idade da vítima, por outro, captou também os esforços deste parlamentar abolicionista, cujo discurso é um exemplo de como a retórica sentimental adentrou a esfera política nos debates sobre a escravidão no fim do século XVIII.

Wilberforce enfatizou os esforços da menina para cobrir seu corpo nu, afirmando que sua morte teria ocorrido sobretudo como uma consequência da vergonha que ela havia passado, causando-lhe uma tristeza maior do que os próprios danos físicos (severos) que ela tinha sofrido. Exagerações à parte, a vergonha sentida pela vítima foi o modo que

⁴ O julgamento do Capitão Kimber está disponível no site da Library of Congress.



aboliconista encontrou para enfatizar como a escravidão roubava a “virtude feminina” de mulheres negras africanas e afro-americanas. A estratégia de Wilberforce foi salientar a “extrema modéstia” da jovem: a escravidão, portanto, colocava ambas — ela e sua virtude, em perigo. O apelo estava fortemente conectado ao gênero e à feminilidade, de maneira que não seria possível conferir a mesma sentimentalização à história caso a vítima fosse do sexo masculino (SWAMINATHAN, 2010, p.419-92).

As grandes campanhas abolicionistas britânicas podem ser divididas em três momentos, com objetivos distintos: de 1787 a 1807, pelo fim do tráfico de escravos; pela emancipação dos escravizados, de 1823 a 1834; e pelo fim do sistema de aprendizado em vigor nas colônias inglesas após a abolição, entre 1835 e 1838 (ALTINK, 2002). O desenvolvimento da cultura impressa na Inglaterra foi um fator de extrema importância para que o impulso contra a escravidão ganhasse força, por meio da disseminação de denúncias sobre os abusos observados nos territórios coloniais. A publicação de imagens, panfletos, jornais e manifestos, buscava expressar um sentimento supostamente generalizado de humanidade, que tentava quebrar com uma linguagem até então predominante, do comércio, da diferença racial e civilizacional entre brancos europeus e africanos escravizados (BLACKBURN, 2011). O nascente movimento abolicionista soube se utilizar de diversas formas de expressão da cultura impressa em suas campanhas: a imprensa e a literatura foram ferramentas cruciais para a divulgação de seus ideais em diferentes lugares e momentos.

As representações anteriormente produzidas sobre as populações africanas buscavam evidenciar os “*motivos*” de sua condição inferior, descrevendo características físicas e intelectuais de maneira animalizada, com o intuito de justificar seu aprisionamento e escravização. Assim, essas pessoas eram retratadas como seres desprovidos de sentimentos, fortes fisicamente e pouco sensíveis à dor; as mulheres, em particular, eram representadas como naturalmente promíscuas e desapegadas de seus filhos. À medida que se consolidava, o abolicionismo tentava fazer o movimento inverso: investiu em representações sobre o sofrimento, brutalidade e desumanização a que essas



personas estavam submetidas ao longo do processo de escravização. Nesse sentido, os abolicionistas estavam respondendo a essa questão constantemente em seus escritos, atestando a humanidade dos africanos e africanas escravizados (MCBRIDE, 2010, p.8).

Deste modo, uma retórica sentimentalizada passou a ser empregada para representar as experiências traumáticas de homens e mulheres sob o jugo da escravidão, contudo, este fenômeno sentimentalizado não se limitou apenas ao campo da literatura. A retórica sentimental não foi uma invenção do abolicionismo, mas na medida em que a escravidão passava a ser reconhecida como uma importante fonte de sofrimento humano, seu uso auxiliou a promoção de ideias antiescravistas.

O sentimentalismo pode ser compreendido como um fenômeno de mudança cultural, na medida em que a literatura sentimental abriu as portas para uma nova percepção política do mundo, mais humanitária e compassiva (CABALLERO-ACEITUNO, 2006, p.20). O uso do sentimentalismo, portanto, operou nas esferas literária e política, interessado em persuadir e mudar o pensamento de seus leitores. Em ambos os espaços, ele buscava alertar o público para algum tipo de sofrimento, no anseio de que seu interlocutor se sentisse estimulado a agir frente ao problema e sofrimento retratado. É exatamente o que podemos observar no discurso proferido por Wilberforce.

Em um primeiro momento o movimento abolicionista se voltou para a abolição do tráfico atlântico, o qual passou a representar o ápice da imoralidade da escravidão, já que era tido como um estímulo à crueldade e violência de senhores e feitores que, diante do fornecimento abundante de mão de obra, desvalorizavam a vida dos escravizados com castigos excessivos, má alimentação, ausência de cuidados médicos etc. Havia a questão do sofrimento físico e psicológico sofrido ao longo da travessia e também *a posteriori*. É preciso ressaltar que após a Revolução de Saint-Domingue, a Inglaterra se empenhava em evitar que o mesmo acontecesse em suas colônias no Caribe e, por isso, cuidou logo de tomar as rédeas do processo de abolição. A primeira petição pública contra o tráfico de escravizados foi enviada ao Parlamento inglês em 1783, por um grupo *Quaker*; e a reação do primeiro ministro foi parabenizá-los por seus *nobres sentimentos*, sublinhando que *infelizmente* todas as nações marítimas europeias precisavam recorrer ao tráfico de africanos. Por isso, segundo ele, a maturidade da questão ainda não havia chegado (DRESCHER, 2011, p.297-98).



Apesar da resposta negativa, no mesmo ano, o *London Meeting for Sufferings* montou um comitê para tratar da questão do tráfico transatlântico, e nos anos seguintes o comitê receberia reforços como Thomas Clarkson e James Ramsay. A partir de então, o tráfico de africanos escravizados e a abolição não saíram mais por completo da pauta política inglesa por pelo menos 40 anos. Nesse sentido, o ano de 1787 tem sido considerado pelos estudiosos um ano fundamental para o desenvolvimento do abolicionismo enquanto um movimento social porque, além da adesão de William Wilberforce, foi fundada neste mesmo ano a *Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade* – SEAST.⁵

No entanto, como era de se esperar, acabar com o abastecimento de mão de obra significava ameaçar diretamente a continuidade da escravidão. A questão central era encaminhar o fim da escravidão ao passo que a produtividade do trabalho escravizado fosse mantida. E o movimento abolicionista britânico precisou encarar essa questão. A maior preocupação dos representantes políticos na Inglaterra era evitar que suas colônias sofressem um golpe que afetaria a produção por falta de mão de obra. Neste contexto, a mulher escravizada emerge como um pilar das novas políticas coloniais. Sua habilidade reprodutiva representou uma solução momentânea porque possibilitava atingir um ponto de equilíbrio entre acabar com o tráfico e tentar manter o fluxo de mão de obra por meio do crescimento natural da população (PASSARINI SOUSA, TARDIVO, HAACK, 2021). A reprodução oferecia, assim, uma chance de estabilidade para proprietários de escravos, ao mesmo tempo que atendia algumas reivindicações abolicionistas. Ao atrelar o processo de abolição à habilidade reprodutiva de mulheres escravizadas, legitimava-se e procurava-se estender e reforçar o controle sobre seus corpos (TUNER, 2017, p.4).

Para compreendermos as bases sobre as quais se fundou o discurso abolicionista em relação às mulheres escravizadas, é necessário atentar para os ideais de feminilidade e domesticidade que emergiram naquela época. Estes foram cruciais para que as mulheres escravizadas passassem a ser representadas como pretensas mães e esposas, cujos *'direitos femininos'* haviam sido negados pelo sistema escravista. A degradação moral inerente à escravidão que atingia mulheres escravizadas, as impedia de cumprir

⁵ Sociedade para Efetuar a Abolição do Tráfico de Escravos.



devidamente com seus supostos *'papeis femininos'*. A presumida *natureza feminina* estabelecia que as mulheres pertenceriam naturalmente ao mundo privado e doméstico – lugar dos sentimentos e cuidados com os outros, nesse ambiente elas deveriam zelar pelo lar, marido e filhos; enquanto os homens eram naturalmente pertencentes ao mundo público e da política (WELTER, 1966, p.151). Juntos, o culto à feminilidade e a ideologia das esferas separadas se desdobraram em um culto à maternidade, ser mulher era sinônimo de ser mãe, e a maternidade aproximava, supostamente, todas as mulheres, livres e escravizadas.

É importante lembrar que as mulheres inglesas estiveram envolvidas nas campanhas contra o tráfico transatlântico desde de seus primórdios em 1780, e adiante. Ao longo do tempo elas apoiaram associações abolicionistas locais e nacionais, se abstiveram do consumo de produtos produzidos pelo trabalho escravo das colônias e muitas delas escreveram contra a escravidão (MIDGLEY, 1992, p.9). Sua participação, a qual é demasiado complexa para ser abordada aqui, foi um fator importante para que os ideais de feminilidade e domesticidade, que até então eram exclusividade das mulheres brancas, fossem incorporados ao discurso abolicionista dos homens. Esses ideais foram pleiteados como *'direitos'* pelas abolicionistas brancas em prol das mulheres escravizadas nas colônias inglesas, sob o pretexto de melhorar as condições de vida da população escravizada e prepará-la para a abolição completa.

O período escravista se constituiu como uma fonte inesgotável para construção de estereótipos sobre a população negra e, especificamente, sobre as mulheres negras - fossem elas escravizadas ou não. Se até aquele momento, o que definia a *'verdadeira mulher'* era o que definia a mulher branca, as mulheres africanas e escravizadas não se encaixavam nas convenções estabelecidas. A imagem da mulher negra foi construída a partir de uma oposição evidente à imagem da mulher branca europeia. Enquanto a fragilidade era valorizada como o estado *'natural'* das mulheres, o trabalho pesado da escravidão exigia outras qualidades físicas de mulheres negras. Elas, mesmo que fossem *'frágeis'*, eram obrigadas a trabalhar onde e como os proprietários determinassem. As mulheres escravizadas não tinham como *escolher* o caminho da *'verdadeira feminilidade'*, e não foram representadas em patamares semelhantes aos de suas proprietárias brancas: a elas faltava fragilidade, pureza e domesticidade (CARBY, 1989,



p.23-26). Nesse sentido, a aproximação entre mulheres brancas e negras em torno da feminilidade e maternidade, ainda que discursivamente, é importante e basilar para a construção do movimento abolicionista.

É fundamental ressaltar que as mulheres escravizadas também estiveram no centro do debate daqueles que pretendiam proteger e prolongar a escravidão. Quando os primeiros debates sobre o fim do tráfico de escravos foram travados na Inglaterra, a preocupação dos políticos – abolicionistas ou não – era garantir que, mesmo com o fim do comércio, as colônias do Caribe não fossem prejudicadas. Por isso, com perspectivas diferentes, tanto abolicionistas quanto proprietários de escravos, procuraram implementar políticas de controle sobre a reprodução e corpos dessas mulheres. O caso relatado por Wilberforce coaduna todos esses elementos, voltemos então a ele. Como dito anteriormente, ao discursar diante do Parlamento, o abolicionista inglês, chamou a atenção para como a escravidão ‘roubava’ a virtude feminina da mulher negra. Para a historiadora Sasha Turner:

Ele usou esses detalhes para argumentar que as mulheres africanas também tinham virtudes femininas, as quais ele e outros reformadores britânicos do final do século XVIII promoveram como algo necessário às habitantes não-livres das colônias das Índias Ocidentais durante a transição da escravidão para a liberdade. Os corpos reprodutivos das escravas eram os meios através dos quais os abolicionistas articulavam o caminho para a liberdade (TURNER, 2017, p.2).

Os abolicionistas tentavam provar como a escravidão agredia não só os corpos das mulheres escravizadas, mas também debilitava sua moral. Por sua vez, a degradação moral impedia o cumprimento de seus papéis femininos, sendo um dos fatores que prejudicavam a fertilidade dessas mulheres e, conseqüentemente, a reprodução natural nas colônias. Isso porque, além de serem abusadas sexualmente e impedidas de casar dentro dos preceitos da religião, o regime escravista lhes reservava dietas inadequadas, um regime de trabalho extenuante e punições físicas severas. Estes fatores combinados corrompiam os corpos e mentes de mulheres escravizadas. Como vimos, também nas colônias inglesas valia o princípio da matrilinearidade em relação à escravidão, mas antes de 1780 essa questão foi pouco colocada em debate. Até a segunda metade do século XVIII entre um terço e a metade das mulheres escravizadas do Caribe Britânico não tiveram filhos (MORGAN, 2006, p.231). Enquanto o tráfico não esteve ameaçado, a baixa



fertilidade dessas mulheres não foi um problema para os proprietários e autoridades em geral.

Neste novo contexto, era preciso primeiro acabar com a crueldade do sistema escravista, que tinha sua maior expressão no tráfico de escravos e na forma com que as pessoas eram tratadas e transportadas. Além disso, como vimos, a reposição da mão de obra escravizada fácil e abundante provida pelo comércio era posta como um fator estimulante à crueldade dos senhores e feitores, que frequentemente maltratavam os cativos – por vezes matando. Esses argumentos eram, no mínimo, ambíguos, uma vez que defendiam o tratamento humano dos escravizados, sem perder de vista o fator econômico, e por isso, sem defender o fim imediato da escravidão. Os proprietários da região do Caribe também enfrentavam baixas taxas de natalidade e altos índices de mortalidade, e o tráfico acabava reduzindo sua preocupação com a reprodução natural da população escrava. Segundo esse discurso, era preciso também restaurar a moralidade feminina tendo em vista um projeto de abolição gradual, o que significava melhorar a vida dessas mulheres para estimulá-las a formar famílias, fazendo com que elas cumprissem seus papéis femininos, de esposas e mães.

Dentro desse panorama, as propostas abolicionistas iniciadas na década de 1780, concentraram-se no potencial reprodutivo das mulheres escravizadas como um meio de ‘melhorar’ a condição de vida nas colônias, com vistas para uma eventual liberdade, feita de maneira segura e gradual. Era preciso fornecer um tempo para que a auto reprodução da força de trabalho se concretizasse. Até lá o tráfico ainda não poderia ser fechado porque, para que o plano funcionasse, havia a necessidade comprar mais mulheres para diminuir a diferença de números entre homens e mulheres, e principalmente, estimular a reprodução por meio de casamentos e formação de famílias na comunidade escravizada.

Dentro desse plano, os abolicionistas propuseram a melhoria das condições médicas e materiais das mulheres escravizadas jovens para promover a reprodução biológica; equiparar a população escrava feminina e masculina, bem como promover relações monogâmicas entre eles. Estes eram pontos centrais dos projetos que tinham como objetivo principal resolver o problema da fertilidade das mulheres e a baixa taxa de nascimentos. Depois que as crianças nascessem, o objetivo era educá-las e socializá-las dentro de uma instrução religiosa e escolas missionárias (TURNER, 2017, p.19-20).



Apesar de condenarem a escravidão, os abolicionistas não eram contrários à política colonial inglesa e, por isso, a promoção de políticas pró-natalistas dentro de um projeto maior de emancipação gradual permitia conectar os objetivos abolicionistas com um processo de reforma e civilização da população negra, tudo isso por intermédio do corpo e reprodução de mulheres escravizadas.

Provar que a falta de civilização das populações africanas e negras era uma consequência de condição de escravidão era o objetivo dos abolicionistas. Tanto James Ramsay quanto William Wilberforce elaboraram projetos de emancipação por meio da habilidade reprodutiva das mulheres escravizadas, mas eles diferiam entre si, os projetos de Ramsay eram radicalmente diferentes e mais elaborados. Ramsay havia residido nas colônias do Caribe como pároco, médico e proprietário de escravos, o que lhe deu conhecimento sobre o cotidiano nas colônias, bem como as questões de saúde das mães e filhos cativos. Ele afirmava ter presenciado a negligência dos proprietários com as mulheres, a gravidez e os primeiros cuidados com as crianças; quando estavam grávidas, as mulheres executavam as mesmas tarefas de trabalho, sem qualquer descanso. Em sua proposta, os proprietários deveriam prestar atenção na nutrição e necessidades médicas dos cativos, e cada *plantation* precisaria ter um hospital com dois setores para mulheres grávidas e seus filhos. O investimento partiria dos escravistas e não do Estado. Ele também defendia a amamentação como um estímulo à afeição maternal das mulheres (TURNER, 2017, p.29-31).

Para William Wilberforce, forjar laços familiares e construir comunidades era o melhor jeito de aumentar a taxa de natalidade entre as mulheres cativas. Seu plano incluía casamentos e cabanas independentes para os casais. Além disso, ele discordava de planos como o de Ramsay, que propunham alguns incentivos materiais às mães porque, segundo ele, quando as mães tivessem a garantia do bem estar de suas famílias e filhos, acabariam cuidando melhor de seus filhos, inevitavelmente. Para Wilberforce, se os proprietários garantissem às mulheres um 'santuário doméstico', a *ternura maternal*, *simpatia doméstica* e interesses paternos apareceriam, ademais, quando as escravizadas tivessem uma casa onde as crianças pudessem nascer com segurança, a concepção e gravidez aconteceria. Ainda assim, ele defendia algumas indulgências às mães, como um tempo de



manhã e à tarde para cuidar dos filhos, acreditando que isso estimularia a afeição doméstica feminina (WILBERFORCE *apud* TURNER).

Embora a mulher escravizada tivesse um papel central em um momento mais imediato, a longo prazo o sucesso da emancipação dependeria da doutrinação de seus filhos, essas crianças precisariam aprender seu lugar e deveres como sujeitos morais e cristãos. Sendo assim, o papel das mulheres enquanto mães, agindo diretamente na vida de seus filhos, também foi pauta de discussão. Para Ramsey, as mães representavam um risco por conta de suas experiências advindas do cativeiro e, por isso, não deveriam socializar com os filhos. As mães deveriam ter um papel limitado na vida dos filhos, que deveriam ser educados por missionários ingleses (TURNER, 2017). Isso significava que as famílias escravas seguiriam sendo desmembradas, apesar do discurso abolicionista em sua defesa. Se antes as mães escravizadas eram responsáveis por passar aos filhos os ‘genes’ da inferioridade, neste novo contexto as experiências da escravidão seriam transferidas porque adultos não conseguiriam se livrar de ‘velhos hábitos’. A inferiorização de pessoas africanas e negras é transferida do fator biológico para o fator ‘cultural’, ligado à experiência da escravidão.

Por mais que a experiência da escravidão fosse colocada como o principal fator para as baixas taxas de fertilidade das mulheres escravizadas, recaíam sobre elas inúmeras representações negativas. As escravizadas foram alvo de discursos abolicionistas e escravistas: o abolicionismo culpava a escravidão pelo comportamento imoral e inferior das populações escravizadas, mas não negava que essas características e comportamentos seriam intrínsecos à população negra. Ademais, eram raros aqueles que acreditavam em uma mudança genuína de comportamento. A experiência do cativeiro era algo arraigado que poucos conseguiriam se livrar, logo, mesmo dentro de novas configurações, os escravizados carregariam hábitos “pouco desejáveis”. A inferioridade estava colocada independentemente da justificativa e, nesse sentido, era necessário um período de treinamento e transição para que os escravizados, incapazes de ‘apreciar’ a liberdade, pudessem aprender a fazê-lo. Preparar para a liberdade, no entanto, não significava igualdade.

Se escravistas e abolicionistas usaram o discurso contemporâneo sobre maternidade e feminilidade para avaliar as habilidades maternas de mulheres



escravizadas, esses serviam como fontes para sugestões de intervenções na vida material dessas mulheres, com o objetivo de torná-las mães melhores. A diferença mais significativa entre os discursos era que, para os escravistas, a “imoralidade e inferioridade” das práticas culturais escravas eram vistas como o principal fator da baixa natalidade (BUSH, 1996; ALTINK, 2002). Na campanha de 1780, os abolicionistas precisavam convencer seus interlocutores que os cativos poderiam ser ‘reformados’, por isso argumentavam que as diferenças dos africanos não afetavam sua capacidade mental, e que seus vícios não eram ‘transmitidos’ de mãe para filhos. Assim, os abolicionistas evitavam a questão da inferioridade racial porque ela enfraqueceria seu projeto moralizador. Além dos projetos e discussões políticas ocorridos no Parlamentos e nas instâncias de poder colonial, outra forma de tornar as escravizadas mães melhores eram os manuais de médicos e fazendeiros:

(...) a campanha política para promover a reprodução nas Índias Ocidentais durante a era da abolição era apoiada por médicos da plantation e proprietários que publicaram tratados **que exploravam a mecânica da sexualidade afro-caribenha e da fertilidade em grandes detalhes**. Um número crescente de manuais, escritos por homens brancos com experiência nas Índias Ocidentais como médicos ou proprietários de escravos, apoiaram o esforço para promover a fertilidade gerando um **conhecimento político carregado sobre os hábitos sexuais, práticas de parto e capacidades reprodutivas** dos afro-caribenhos (PAUGH, 2017, p.92). Grifo nosso.

Segundo Katherine Paugh, muitos proprietários e médicos escreviam sobre suas experiências nas colônias e elaboravam recomendações: estratégias de gestão projetadas para promover a procriação e garantir aos proprietários uma oferta abundante de trabalhadores. Abolicionistas, médicos, proprietários e o governo, todos estavam interessados na vigilância e controle do corpo e da vida sexual das mulheres escravizadas, disputando qual seria o melhor método de controle de suas vidas íntimas. O mais importante é compreender que estas discussões e representações tiveram impacto direto sobre as vidas dessas mulheres.

Neste novo contexto, as mulheres escravizadas estavam ainda mais vulneráveis à intromissão e escrutínio das vidas sexuais e afetivas. Os proprietários representavam as mulheres como robustas e férteis, argumentando que o declínio da população e a baixa fertilidade eram resultados dos hábitos sexuais e a suposta promiscuidade das mulheres



escravizadas. Dessa forma, proprietários e feitores desviavam a atenção de problemas como as jornadas extenuantes de trabalho, nutrição inadequada, castigos físicos, que serviam como justificativa para a coerção e arbitrariedade sobre as uniões, controle e limitação sobre a vida sexual dessas mulheres, legitimado pelo propósito de promover a reprodução biológica (TURNER, 2017, p.64-65). Eram as velhas formas de exploração do corpo das mulheres cativas, sob novas roupagens, fossem elas abolicionistas ou escravistas.

Diante disso, o cotidiano das mulheres escravizadas foi afetado. Quando os proprietários ainda eram indiferentes às questões de reprodução e natalidade, essas mulheres se aproveitaram disso para construir uma certa autonomia sobre os aspectos íntimos de suas vidas, como a gravidez, os rituais de parto e os cuidados neonatais. Além do conflito entre a reforma no plano ideológico, pensada pelos abolicionistas, e as implementações práticas dos proprietários, havia também o conflito com as concepções das próprias mulheres escravizadas sobre seus corpos. No caso da Jamaica, estudado por Sasha Turner, essas mulheres colocaram dificuldades aos proprietários e a mudança de suas práticas. Isso refletia um conflito ideológico mais amplo entre essas mulheres, os proprietários, e os abolicionistas. As medidas implementadas variaram, dependendo sobretudo dos proprietários e da configuração das propriedades, mas as mulheres, por sua vez, usaram os incentivos ao seu favor, pleiteando porções extras de comida e roupas logo que seus filhos nasciam (TURNER, 2017).

As mudanças no cotidiano das propriedades escravistas vieram em conjunto com algumas reformas legislativas. Na Jamaica, por exemplo, a assembleia aprovou uma legislação que protegia a população escravizada, em 1788 formou-se um conselho para investigar casos de mutilação dos escravos; em 1792 a mesma assembleia reforçou o estatuto de 1788 e permitiu que os cativos reportassem queixas sobre maus tratos; em 1816 houve uma revisão das provisões tomadas em 1792, convocando um conselho de proteção para investigar as queixas dos escravizados e processar os ofensores (ALTINK, 2002, p.37-40; TURNER, 2017). Também em 1792, a Jamaica tornou lei a política de gratificação às mães. Os senhores podiam dar recompensas materiais como roupas, jóias, rum, porções extras de comida e vestuário para as mulheres que tinham bebês.⁶ As

⁶ Cláusula XXXVI do código escravo de 1792. Ver: ALTINK, Henrice, Op. cit.



diversas demandas colocadas sobre elas faziam com que os proprietários precisassem escolher quais recomendações acatar e quais ignorar, mas de maneira geral, as reformas coloniais deram brechas para que os escravizados pudessem negociar melhores condições e denunciarem seus proprietários.

Em 1823, Bessy, uma mulher escravizada, formalizou uma queixa contra seu feitor, apoiada por 24 colegas de trabalho no eito. Bessy alegava ter sido submetida à trabalho extenuante e depois castigada excessivamente, o que teria provocado nela um aborto. Os magistrados dispensaram seu caso alegando não haver provas de sua gravidez ou aborto, alguns de seus companheiros foram açoitados e presos. Apesar do resultado negativo, Sasha Turner argumenta que o caso de Bessy explicita como os escravizados tinham visões conflitantes sobre o tratamento apropriado para as mulheres grávidas e mães e, além disso, evidencia que eles também estavam cientes dos debates que envolviam seus corpos, a escravidão e abolição. Segundo a autora, 1823 foi um ano em que os debates sobre o tratamento dos escravizados eram fortemente centralizados no gênero, estabelecendo, inclusive, resoluções distintas para o tratamento de homens e mulheres escravizadas (TURNER, 2017, p.81).

Conforme mencionado, os rituais do parto e da gravidez eram aspectos raros da vida das mulheres cativas em que elas tinham algum espaço de autonomia e autoridade. O parto era um momento simbólico e autônomo das mães, já que era realizado por parteiras, função dominada por mulheres negras, boa parte delas da própria comunidade escrava, geralmente mais velhas, sábias e respeitadas. Quando a reforma abolicionista se liga ao poder de reprodução da população cativa, os senhores passam a acompanhar de perto os processos relacionados à maternidade e cuidados neonatais, contratando médicos para atuar em suas propriedades. No centro dos conflitos entre mulheres escravizadas e médicos estavam as diferentes concepções e práticas de cuidado com o corpo, sobre a natureza do parto e como o processo deveria ser conduzido. Cada vez mais, o que era dominado por um saber ancestral africano e feminino, marcado por rituais simbólicos, foi sendo tensionado e substituído por um conhecimento branco e masculino sobre ginecologia, partos, cuidados neonatais e amamentação. Muitos homens europeus migraram para as colônias para praticar medicina com os escravizados. Essa é também



uma disputa de poder sobre um conhecimento – reprodutivo – que até o século XVIII era visto como domínio das mulheres (PAUGH, 2017, p.89).

Quando o fim do tráfico, em 1807, evidenciou o fracasso das políticas de crescimento populacional e de melhoria nas condições de vida dos escravizados, os abolicionistas passaram a insistir sobre uma reforma imperial. Mas, o programa de melhorias promovido pela coroa na década de 1820 não conseguiu reformar a escravidão e mergulhou as colônias em crises que desencadearam diferentes revoltas até que, em meio a instabilidade política, a escravidão se fez insustentável. Em 1833 foi aprovado o *Emancipation Act*, o qual acabava com a escravidão, mas previa um período de seis anos de aprendizado, com o objetivo de ‘treinar e preparar’ as pessoas saídas da escravidão para a vida em liberdade. No período de aprendizagem, as medidas de melhoria anteriormente estabelecidas para mães trabalhadoras foram retiradas: os proprietários não precisariam mais fornecer suplementação de comida, roupa e medicamentos para cuidados com as crianças recém-nascidas, ao passo em que as mães precisavam ‘pagar’ pelo tempo despendido com os cuidados seus filhos doentes, motivo pelo qual se ausentavam do trabalho (ALTINK, 2002). Para os proprietários não interessava mais suprir mães e filhos que em pouco tempo não seriam mais suas propriedades.

O crescimento natural da população caribenha só aconteceu após a abolição definitiva da escravidão, em 1838, mesmo com condições de vida pouco alteradas. Isso evidencia o fracasso das políticas pró-natalistas, e sugere também que as duras condições do cativeiro podiam não ser a única explicação para a baixa fertilidade e nascimentos, que poderiam ser uma escolha dessas mulheres, uma recusa a ter filhos sob a escravidão (BUSH, 1996, p.209). A relutância dos proprietários em melhorar a condição de vida dessas mulheres e retirá-las dos trabalhos pesados podem ter prevalecido e influenciado diretamente o resultado final. Mas o que nenhum desses grupos – abolicionistas e escravistas – reconheceram como uma variante importante dentro das políticas propostas, foi a atuação das mulheres escravizadas. Apesar de saber que as mulheres podiam realizar abortos, esses homens não acreditavam que as escolhas das escravizadas, a recusa ou tentativa de evitar a gravidez, podiam ser um verdadeiro obstáculo à reprodução.

Além da maternidade ser vista como uma obrigatoriedade comum a todas as mulheres, existe também a concepção de que as populações escravizadas, culturalmente



ou racialmente inferiores, precisariam ser estimuladas da maneira certa em direção à civilização. No caso das mulheres, civilizar-se significava cumprir papéis sociais condizentes ao seu sexo, como mães. Embora as colônias inglesas do Caribe não tenham adotado legislações como as *leis de ventre livre* para regular a emancipação dos escravos, suas políticas pró-natalistas tiveram consequências diretas sobre a vida das mulheres escravizadas, ao mesmo tempo que alimentaram discussões e representações sobre o papel dessas mulheres relacionados à sexualidade e maternidade.

Considerações finais

Enquanto as medidas pró-natalistas eram implementadas, outros lugares passaram a encaminhar questões relativas à escravidão, tendo como base o modelo britânico de melhoria do cativo e estímulo à reprodução. Não à toa, a proposta elaborada por José Bonifácio para o Brasil em 1823 estava em consonância com o que havia sido implementado nas colônias britânicas do Caribe (PASSARINI SOUSA, 2020). Embora sequer tenha sido apresentada formalmente, a proposta, além de defender o fim gradual da escravidão, conduzido pelo Estado, tinha o fim do tráfico como um dos pontos fundamentais de sua proposta, bem como o estímulo a importação de mais mulheres e a melhoria nas condições de vida dos cativos, mas sobretudo de mulheres gestantes, conforme trecho a seguir:

A escrava durante a prenhez, e passado o terceiro mês não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa; depois do parto terá hum mez de convalescença; e passado este, durante um ano não trabalhará longe da cria (SILVA, 1823, p.31-32).

Entender a política colonial inglesa em relação à abolição da escravidão é importante porque seus pressupostos acabaram influenciando e consolidando concepções acerca da maternidade escrava, e sobre a condução dos processos de abolição, reforçando uma cultura atlântica da escravidão e abolição nas Américas. Além das políticas de estímulo à reprodução observadas no Caribe Britânico, a *cultura atlântica da escravidão*, centrada no corpo de mulheres escravizadas, esteve presente também nas legislações que encaminharam o fim da escravidão por todo o século XIX (PASSARINI SOUSA, 2021). Brasil e Cuba encaminharam o fim da escravidão no década de 1870, quase um século



depois de iniciada a campanha contra o tráfico na Inglaterra, e as mulheres escravizadas continuaram centrais nesse processo.

Segundo Camillia Cowling, a atuação dos abolicionistas brasileiros e espanhóis/cubanos deve muito ao que estes observaram das campanhas atlânticas anteriores, sobretudo a britânica (COWLING, 2018, p.174-75). Quando comparados aos processos observados no norte dos Estados Unidos e na América Latina, as discussões e leis aprovadas no Brasil e em Cuba têm um forte apelo em torno da mulher e da maternidade negra. Portanto, se a saída da escravidão foi concebida por intermédio das mulheres negras escravizadas, é necessário colocá-las no centro das análises, em conjunto com uma perspectiva analítica de gênero, investigando qual a importância da sua figura para a abolição da escravidão em uma perspectiva atlântica.⁷ Porque “enquanto a história global da escravidão não der a devida atenção e importância ao gênero e ao trabalho reprodutivo, permanecerá incompleta” (PATON, 2022, p.731).

Referências Bibliográficas

- ALTINK, Henrice. *Representations of Slave Women in Discourses of Slavery and Abolition 1780-1838*. The University of Hull. Cardiff, Wales, 2002.
- ANSTEY, Roger. *The Atlantic slave trade and British abolition, 1760-1810*. Nova York: Macmillan, 1975.
- BLACKBURN, Robin. *The American Crucible: slavery emancipation and human rights*. Londres: Verso, 2011
- BUSH, Bárbara. “Hard Labor: Women, Childbirth, and Resistance in British Caribbean Slave Societies”, in: GASPAR, David; HINE, Darlene (Orgs.). *More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas*. Indianapolis: Indiana University Press, 1996.
- CABALLERO ACEITUNO, Yolanda. “Anti-slavery and Sentimentalism in Aphra Behn’s Oroonoko”, in: *The Grove: Working Papers on English Studies*. Jaén: Grupo de Investigación Hum, n. 13, 2006.
- CARBY, Hazel V. *Reconstructing womanhood: The Emergence of the Afro-American Woman Novelist*. New York: Oxford University Press, 1989
- CANELAS, Letícia G. *Escravidão e liberdade no Caribe Francês: a alforria na Martinica sob uma perspectiva de gênero, raça e classe (1830-1848)*. [Tese de doutorado] São Paulo: Unicamp, 2017

⁷ Essa é a proposta de minha pesquisa de doutorado, iniciada em 2021, sob o título: “*Ventres Livres: Estudo sobre as representações de mulheres africanas e afro-americanas no Brasil e em Cuba do século XIX*”.



- COWLING, Camillia. *Concebendo a Liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- DAVIS, David B. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do Antiescravismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- MCBRIDE, Dwight A. *Impossible witnesses: truth, abolitionism, and slave testimony*. New York: New York University, 2001.
- MIDGLEY, Clare. *Women Against Slavery: The British Campaigns (1780-1870)*. London: Routledge, 1992.
- MORGAN, Jennifer L., *Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2004.
- MORGAN, Kenneth. "Slave women and reproduction in Jamaica, 1776-1834". *History*. v.91, n.2, 2006, p.231-253.
- PASSARINI SOUSA, Caroline. "As primeiras experiências de ventre livre no mundo atlântico: norte dos Estados Unidos e América Latina (1780-1842)". In: MACHADO, Maria Helena; BRITO, Luciana; VIANA, Iamara; GOMES, Flávio. (Org.). *Ventres Livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 167-188
- _____. TARDIVO, Giovana Puppín; HAACK, Marina Camilo. "Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho", in: *Revista Cantareira*, n. 34, 2021.
- _____. *Partus sequitur ventrem: reprodução e maternidade no estabelecimento da escravidão e abolição nas Américas até a primeira metade do século XIX*. [Dissertação de mestrado] São Paulo: FFLCH-USP, 2021.
- PATON, Diana. "Gender History, Global History, and Atlantic Slavery: On Racial Capitalism and Social Reproduction." *The American Historical Review*, 2022, v.127, n.2, p.726-754.
- PAUGH, Katherine. *The Politics of Reproduction: Race, Medicine and Fertility in the Age of Abolition*. Oxford: Oxford University Press, 2017
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", in: *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 71-99.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. Biblioteca do Senado Federal, 1978.
- SWAMINATHAN, Srividhya. "Reporting Atrocities: A Comparison of the Zong and the Trial of Captain John Kimber". *Slavery & Abolition*. vol. 31, no. 4, December 2010, p. 483-499.
- TURNER, Sasha. *Contested Bodies. Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 2017.
- WELTER, Barbara. "The Cult of True Womanhood 1820 -1860.", in: *American Quarterly: Publication of American Studies Association*. Baltimore, v. 18, n. 2, Summer. 1966. p. 151- 174.



WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Cia das Letras, 2012 (primeira edição 1944).